



## RENDA DAS FAMÍLIAS RURAIS PARANAENSES: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA\*

Angelita Bazotti

Socióloga do Núcleo de Socioeconomia Rural.

Email: abazotti@ipardes.pr.gov.br

Marisa Sugamoto

Socióloga do IPARDES, à disposição da SETI.

Email: marisasugamoto@seti.pr.gov.br

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo realizar uma análise exploratória da importância das diversas fontes na composição da renda das famílias rurais paranaenses nos últimos dez anos, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Além disso, utilizando-se indicadores complementares relativos ao responsável pela família e às características dos domicílios, pretende discutir a influência desses rendimentos na melhoria das condições de vida dessas famílias. Para tanto, foram selecionadas as três principais fontes de renda presentes no rural paranaense (trabalho, aposentadoria e outros rendimentos e benefícios sociais), responsáveis por 97% dos rendimentos das famílias. Observa-se que, apesar de a renda do trabalho ainda se constituir na principal fonte de renda das famílias rurais, a renda proveniente dos benefícios sociais cresceu em importância no período analisado, principalmente entre as famílias pobres, ou seja, aquelas com renda até meio salário mínimo *per capita*. A análise dos dados referentes ao responsável pela família e às características dos domicílios indicou uma melhora geral dos indicadores. Entre as famílias pobres são observados os maiores avanços.

**Palavras-chave:** Composição da renda. Rural paranaense. Pobreza rural. Políticas públicas.

\* As autoras agradecem a técnica do IPARDES Deborah Ribeiro Carvalho pelo apoio e sistematização dos dados para a extração das informações necessárias.

## INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, intensificou-se o debate acerca da importância das rendas não-agrícolas na composição da renda das famílias residentes no rural brasileiro. Foram questões discutidas em artigos técnicos e científicos, seminários e congressos por diversos autores<sup>1</sup> sobre a presença da pluriatividade entre as famílias rurais, a extensão dos direitos previdenciários aos agricultores e assalariados rurais que passaram a integrar o Regime Geral da Previdência Social, com igualdade de direitos em relação aos trabalhadores urbanos, e a expansão dos programas de transferência de renda. Salientou-se a importância desses adicionais de renda para a melhoria das condições de vida e a promoção do desenvolvimento rural.

Destacam-se também, nesse período, os estudos destinados a subsidiar a implementação de políticas públicas voltadas à superação da pobreza no Brasil. Para tanto, diversas definições de linhas de pobreza e indigência foram desenvolvidas com o objetivo de determinar critérios para a seleção do público-alvo da intervenção pública.

O objetivo deste artigo é realizar uma análise exploratória da importância das diversas fontes de renda na composição da renda das famílias rurais paranaenses nos últimos dez anos, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Além disso, utilizando-se de informações complementares relativas ao responsável pela família e às características do domicílio, discute-se a influência desses rendimentos na melhoria das condições de vida das famílias.

## 1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A base de dados utilizada para a construção do presente estudo é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Esta pesquisa investiga anualmente características da população no que se refere à educação, trabalho, rendimento e habitação. Além destas, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para a agenda nacional, são pesquisadas informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde e segurança alimentar, entre outros temas. A justificativa para tal é de que, além de ser uma pesquisa de confiabilidade reconhecida pelo meio acadêmico, técnico e político, possibilita a seleção dos dados relativos ao rural e a comparação entre os anos, uma vez que as séries são mantidas.

A PNAD é a fonte de dados mais adequada quando se procura acompanhar sistematicamente questões relacionadas à renda e às condições de vida das famílias. Autores como Kageyama e Hoffmann (2000) destacam que a PNAD apresenta limitações no que se refere às variáveis relacionadas a rendimentos, principalmente na área rural, devido sobretudo à precariedade das questões sobre

<sup>1</sup> Delgado e Cardoso Jr. (2000); Schneider (2003); Mocelin (2010); Kageyama (1998).

rendimentos e a ausência de questões sobre autoconsumo, rendimentos extremamente importantes para o meio rural. No entanto, estes mesmos autores se servem dessa fonte em seus estudos sobre o tema.

Neste artigo, optou-se por considerar como área rural aquela definida pela própria PNAD; ou seja, o somatório das áreas: aglomerado rural de extensão urbana; aglomerado rural isolado, povoado; aglomerado rural núcleo; aglomerado rural isolado, outros aglomerados e zona rural.

A unidade de análise utilizada é a família rural, o que significa dizer, as famílias residentes em domicílios da área rural, independentemente do fato de elas terem ocupações agrícolas, ressaltando-se que em um domicílio pode morar mais de uma família. A definição dessa unidade de análise está relacionada à compreensão de que a família é a unidade de observação mais adequada quando se estudam fontes de rendimentos, uma vez que os beneficiários dos programas sociais governamentais são selecionados tendo por base essa categoria. Além disso, os estudiosos sobre pobreza no Brasil consideram a família como a unidade solidária de consumo e rendimento por excelência e como o referencial analítico capaz de expressar as circunstâncias adversas que colocam determinados segmentos da sociedade em situação de pobreza (IPARDES, 2003).

Assim, considera-se, neste estudo, família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica vivendo no mesmo domicílio, bem como a pessoa vivendo sozinha. A composição do grupo familiar é assim definida: pessoa de referência, cônjuge, filho(a), outro parente e agregados (pessoa que não é parente da pessoa de referência nem do cônjuge e não paga hospedagem e/ou alimentação a membro da família).<sup>2</sup>

Para analisar a composição da renda das famílias domiciliadas no rural paranaense foram criados três estratos de rendimentos, considerando a renda familiar *per capita*.<sup>3</sup> As famílias foram divididas em três faixas: 1) aqueles com renda até meio salário mínimo *per capita*, 2) com rendimentos acima de meio até um salário mínimo *per capita*, e 3) acima de um salário mínimo *per capita*.<sup>4</sup>

Este artigo é um estudo sobre as rendas do rural, o qual costuma abrigar um grande número de famílias pobres; assim, a estratificação proposta possibilita discutir e sondar a questão da pobreza. Isto é possível tendo em vista que a abordagem analítica que discute a pobreza, segundo a definição de patamares mínimos para o acesso a bens e serviços necessários à sobrevivência, pode utilizar-se da definição de linhas de pobreza orientadas a partir de parâmetros de renda vinculados ao salário mínimo.

No Brasil, existem questionamentos quanto ao uso da variável renda na definição de uma linha de pobreza, no sentido de que esta última envolveria outros aspectos da privação humana. Entretanto, segundo Rocha (2003) essa crítica pode ser relativizada, considerando-se que, nas sociedades em

<sup>2</sup> Estão excluídos dessa análise os pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.

<sup>3</sup> A renda familiar *per capita* representa a soma de todos os rendimentos da família captados pela PNAD (salário, venda da produção, benefícios da seguridade social, etc.) divididos pelo número de membros da família.

<sup>4</sup> Utilizou-se como referência na construção desses estratos o mesmo critério utilizado no trabalho Famílias Pobres no Paraná (IPARDES, 2003).

que o acesso a bens e serviços se dá, principalmente, via mercado, a renda constitui a pré-condição desse acesso. Ademais, há avanços metodológicos que complementam a abordagem da renda com o uso de outros indicadores, permitindo caracterizar diferentes dimensões associadas à pobreza (IPARDES, 2003).

Dessa forma, foram selecionados alguns dados que podem estar relacionados à renda familiar, visando complementar qualitativamente a análise. São eles:

- a) informações que buscam caracterizar o responsável pela unidade familiar quanto ao sexo, faixa etária, escolaridade e ocupação;
- b) informações que apresentam as condições das habitações das famílias rurais paranaenses, priorizando a adequação dos domicílios em função das faixas de renda: número de cômodos utilizados como dormitório; densidade de pessoas por dormitório; abastecimento de energia elétrica e de água, existência de banheiro e esgotamento sanitário.

A base de dados da PNAD, disponível em microdados, é formada a partir de um levantamento amostral realizado pelo IBGE anualmente, exceto nos anos de realização dos Censos Demográficos. Por se tratar de uma amostra, é necessário realizar um controle estatístico das estimativas utilizando o peso correspondente a cada unidade domiciliar e pessoa. No cálculo das estimativas está embutido um erro amostral e um Coeficiente de Variação (CV). Quanto maior esse coeficiente, maior o grau de variabilidade da estimativa, o que demonstra uma imprecisão do dado. Considerando isto, para todas as estimativas pontuais o IBGE fornece uma tabela com os Coeficientes de Variação. Neste trabalho, intenciona-se mostrar os dados com CV até 20%, chamar a atenção para os dados em que o CV fica entre 20% e 50%, devido à pouca precisão dos mesmos, e não apresentar nenhuma estimativa pontual em que este coeficiente seja maior que 50%, devido à sua imprecisão. Procura-se, ainda, apresentar as informações em percentuais, evitando números absolutos, uma vez que

as estimativas (da PNAD) estão condicionadas à forma e ao período de captação da renda pela pesquisa, dependendo também da projeção de população usada para expandir a amostra e de uma série de decisões que devem ser feitas pelos pesquisadores para extrair e trabalhar os dados. A porcentagem da população em cada faixa de renda é um número mais confiável, pois geralmente não é afetada por esses fatores (IPEA, 2011, p.4).

Tendo em vista o objetivo de realizar uma análise exploratória da importância das diversas fontes na composição da renda das famílias rurais paranaenses, na primeira década dos anos 2000, optou-se por construir um série representativa com dados a cada três anos. Dessa forma, os anos selecionados foram 2001, 2004, 2007 e 2009, último ano disponível.

Na manipulação das bases da PNAD, observou-se a existência de pessoas sem declaração de renda. Nesses casos, toda a família foi considerada como sem rendimentos, uma vez que a não-declaração de um membro impossibilita imputar renda à família.

Na tabela 1 é possível observar o número total de famílias rurais existentes no Paraná, por faixa de rendimento e com renda não declarada. Cabe destacar que essas últimas são apresentadas somente nessa primeira tabela, não sendo consideradas na análise por apresentarem números cujo CV não permite qualquer inferência.

Os números da tabela chamam atenção pelo significativo contingente de famílias que deixaram a faixa de renda de até meio salário mínimo *per capita*, ou seja, aqueles tradicionalmente chamados de pobres. Em 2001, eles representavam 34,9% das famílias, e em 2009 não passavam de 24,1%.

TABELA 1 - NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS POR FAIXA DE RENDIMENTOS - PARANÁ - 2001-2009

ANO	FAIXAS DE RENDIMENTO								TOTAL Abs.
	Até ½ SM		Acima de 1/2 até 1 SM		Mais de 1 SM		Renda não declarada		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
2001	171.856	34,9	132.762	27,0	184.301	37,4	3.697	0,8	492.616
2004	151.351	30,9	153.819	31,4	182.602	37,3	2.420	0,5	490.192
2007	150.586	30,2	131.826	26,5	201.661	40,5	14.128	2,8	498.201
2009	121.903	24,1	149.772	29,6	227.298	44,9	6.910	1,4	505.883

FONTE: IBGE - PNAD

Observa-se também que o percentual das famílias com renda *per capita* acima de um salário passa de 37,4% em 2001 para 44,9% em 2009, o que corrobora os estudos que apresentam uma redução da pobreza entre a população brasileira como um todo (IPEA, 2011).

A seguir, apresentamos as fontes que compõem a renda familiar rural, na tentativa de explicar, em parte, a diminuição da pobreza.

## 2 COMPOSIÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS RURAIS

No intuito de verificar a importância das diferentes fontes na composição da renda das famílias rurais paranaenses, foram selecionadas as três principais fontes de rendimentos presentes no rural, levantadas pela PNAD, que juntas respondem por mais de 97% da renda total das famílias: trabalho, aposentadoria e outros rendimentos e benefícios sociais. Com relação à fonte denominada pela PNAD de “outros rendimentos e benefícios sociais”,<sup>5</sup> é importante informar que nela estão aglutinados, além dos rendimentos provenientes de juros e dividendos de caderneta de poupança e outras aplicações, os valores repassados pelos programas da assistência social como o Bolsa Família e os Benefícios Assistenciais (Benefício de Prestação Continuada - BPC - e Benefícios Eventuais).<sup>6</sup>

A tabela 2 ilustra a importância que a fonte outros rendimentos e benefícios sociais assumiu na composição da renda das famílias rurais no período. Houve um crescimento da ordem de 137% entre

<sup>5</sup> Na PNAD, a fonte “outros rendimentos e benefícios sociais” se refere à variável V1273.

<sup>6</sup> Os benefícios eventuais caracterizam-se por seu caráter provisório e pelo objetivo de dar suporte aos cidadãos e suas famílias em momentos de fragilidade advindos de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Como no caso do BPC, a renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a 1/4 do salário mínimo vigente.

2001 e 2009, sendo que entre 2001 e 2004, ano de implantação do Bolsa Família, esse crescimento chega a 148%. Quando se analisa o impacto dessa fonte por faixa de rendimento, observa-se que as famílias pobres – até meio salário mínimo – são as mais impactadas, tendo essa fonte aumentado sua participação na composição da renda em 255%, passando de 3,41% em 2001 para 12,12% em 2009. Nesse sentido, conclui-se que esse aumento esteja vinculado à obtenção dos benefícios da seguridade social, mais especificamente o Bolsa Família. A importância maior dessa fonte na composição da renda das famílias pobres pode indicar que este programa está alcançando seu público-alvo.

Destaca-se que, embora o rendimento do trabalho tenha reduzido seu peso na composição da renda das famílias rurais paranaenses, proporcionalmente ao crescimento dos rendimentos advindos da aposentadoria e dos outros rendimentos e benefícios sociais, ainda é a principal fonte desses rendimentos, contribuindo com quase 70% na sua composição.

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DAS FONTES DE RENDA NA COMPOSIÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS RURAIS - PARANÁ - 2001-2009

FAIXAS DE RENDA	TRABALHO			
	2001	2004	2007	2009
Até 1/2 SM	86,03	81,5	80,45	76,81
Acima de 1/2 até 1 SM	81,77	78,51	73,33	76,52
Mais de 1 SM	62,58	66,88	65,23	61,8
TOTAL	75,75	74,95	71,98	69,69
FAIXAS DE RENDA	APOSENTADORIA			
	2001	2004	2007	2009
Até 1/2 SM	8,91	7,98	9,12	9,6
Acima de 1/2 até 1 SM	17,24	16,69	23,4	19,57
Mais de 1 SM	33,69	29,00	30,68	34,99
TOTAL	20,84	18,82	22,28	24,57
FAIXAS DE RENDA	OUTROS RENDIMENTOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS			
	2001	2004	2007	2009
Até 1/2 SM	3,41	9,24	9,03	12,12
Acima de 1/2 até 1 SM	0,49	3,55	2,57	2,94
Mais de 1 SM	1,36	1,55	1,98	1,39
TOTAL	1,8	4,47	4,23	4,26

FONTE: IBGE - PNAD

Embora todas as famílias tenham no trabalho a principal fonte de seus rendimentos, a importância das diferentes fontes na composição difere entre as faixas analisadas.

Nesse contexto, destaca-se o fato de que entre as famílias com renda acima de um salário mínimo a aposentadoria é responsável por, aproximadamente, um terço dos recursos. O maior impacto dos benefícios previdenciários nessa faixa de rendimentos pode ser creditado ao fato de que nela também se observa a presença de responsáveis pelo grupo familiar com a maior idade média, em torno de 54 anos<sup>7</sup> (tabela 4), idade próxima ao limite para recebimento do benefício. Além disso, estudo empírico realizado no final dos anos 1990, com beneficiários da previdência social rural no Paraná, demonstrou que:

<sup>7</sup> A idade mínima para o recebimento da aposentadoria rural é de, no caso dos homens, 60 anos, e das mulheres, de 55 anos. Além da aposentadoria, os trabalhadores rurais também têm direito à pensão por morte do cônjuge.

Analisando os impactos do recebimento do benefício junto à renda das famílias beneficiárias, destaca-se a importância de determinar o grau de cobertura do benefício. Nesse sentido, constata-se que o grau de cobertura do benefício para o Estado do Paraná alcança o patamar de 1,12 benefícios por pessoa beneficiária e de 1,67 benefício por domicílio, sendo que a média de pessoas residentes por domicílio é de 3,1. A justificativa para a existência desse grau de cobertura é o recebimento de um segundo benefício por 12% dos beneficiários pesquisados e a existência de outras pessoas residindo com os entrevistados, que também recebem benefícios da previdência rural (SUGAMOSTO, 2003, p.79).

Assim, é possível inferir a importância da renda proveniente da previdência social no aumento do número de famílias rurais do Paraná entre aquelas com renda *per capita* superior a um salário mínimo. Delgado e Cardoso (2000), que coordenaram estudo sobre os impactos da extensão da previdência rural aos trabalhadores rurais no final dos anos 1990, afirmam que o alcance dessa política de seguridade social, tanto como política social quanto em sua dimensão de política agrícola, resultou em significativos impactos na melhoria da renda e na qualidade de vida da população-alvo.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS RURAIS PARANAENSES

Nesta seção, apresenta-se uma breve caracterização da pessoa de referência da família, aqui denominada de chefe ou responsável. Essa caracterização se torna necessária tendo em vista a importância do responsável no contexto familiar, a ponto de suas características influenciarem na situação de vulnerabilidade das famílias. Dessa forma, foram eleitas as seguintes variáveis: idade, sexo, escolaridade e ocupação.

A maioria dos responsáveis é do sexo masculino e há o menor percentual destes responsáveis na faixa de renda com mais de um salário mínimo (tabela 3). Trabalhos empíricos comprovam que, no meio rural, “as mulheres figuram como responsáveis pelas propriedades somente quando são viúvas ou solteiras, não havendo homens na família, o que evidencia o peso da tradição patriarcal na composição familiar” (CASTILHO E SILVA; SCHNEIDER, 2010, p.205). A viuvez possibilita o recebimento de pensão que, conseqüentemente, garante renda mensal e eleva a faixa de renda.

TABELA 3 - PERCENTUAL DE CHEFE DA FAMÍLIA DO SEXO MASCULINO NAS FAMÍLIAS RURAIS POR FAIXA DE RENDA - PARANÁ - 2001-2009

FAIXAS DE RENDA	2001	2004	2007	2009
Até 1/2 SM	86,3	86,1	84,7	83,1
Mais de 1/2 a 1 SM	86,7	89,0	84,1	82,5
Mais de 1 SM	81,9	85,2	83,8	77,8
TOTAL	84,8	86,6	84,1	80,6

FONTE: IBGE - PNAD

A idade média dos responsáveis cresce conforme cresce a renda. Assim, os mais novos, com idade em torno dos 40 anos, estão na faixa até meio salário mínimo, e acima de um salário, os responsáveis com idade média em torno dos 54 anos. Por serem mais velhos, o percentual de responsáveis aposentados na faixa de mais de um salário mínimo tende a ser maior, o que explicaria, em parte, o fato de eles estarem nessa faixa (tabela 4).

TABELA 4 - MÉDIA DE IDADE DOS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS RURAIS POR FAIXA DE RENDA - PARANÁ - 2001-2009

FAIXAS DE RENDA	2001	2004	2007	2009
Até 1/2 SM	41,0	40,4	39,9	41,2
Mais de 1/2 a 1 SM	43,4	44,3	46,9	45,5
Mais de 1 SM	53,6	54,0	53,0	54,3
TOTAL	46,4	46,8	47,3	48,5

FONTE: IBGE - PNAD

O percentual de chefes de família que sabem ler e escrever gira em torno de 85%, não havendo variação significativa nem nas faixas de renda nem nos anos analisados (tabela 5).

TABELA 5 - PERCENTUAL DE CHEFES DE FAMÍLIA QUE SABEM LER E ESCREVER NAS FAMÍLIAS RURAIS POR FAIXA DE RENDA - PARANÁ - 2001-2009

FAIXAS DE RENDA	2001	2004	2007	2009
Até 1/2 SM	81,6	85,0	88,0	78,2
Mais de 1/2 a 1 SM	86,7	82,9	84,6	84,6
Mais de 1 SM	84,8	85,2	85,8	85,1
TOTAL	84,1	84,4	86,2	83,3

FONTE: IBGE - PNAD

Como se observa, trata-se de um grupo adulto e, no meio rural, este possui baixa escolaridade. Isto se confirma pelo fato de que, entre os chefes que sabem ler e escrever, a grande maioria não possui mais que o ensino fundamental. Em torno de 70% dos chefes possui como último curso frequentado o primário ou o fundamental (tabela 6).

TABELA 6 - PERCENTUAL DOS CURSOS ESCOLARES MAIS FREQUENTADOS PELOS CHEFES DE FAMÍLIA RURAIS POR FAIXA DE RENDA - PARANÁ - 2001-2009

FAIXAS DE RENDA	CURSO	2001	2004	2007	2009
Até 1/2 SM	Elementar (primário)	40,1	24,0	17,9	25,3
	Regular do ensino fundamental ou do 1º grau	36,7	54,5	52,3	42,2
Mais de 1/2 a 1 SM	Elementar (primário)	44,5	29,7	40,3	31,8
	Regular do ensino fundamental ou do 1º grau	34,7	44,6	31,4	33,5
Mais de 1 SM	Elementar (primário)	53,3	46,0	44,1	44,7
	Regular do ensino fundamental ou do 1º grau	20,9	20,8	18,6	16,6

FONTE: IBGE - PNAD

Como já salientado, a renda do trabalho perdeu espaço na composição total da renda, e isso pode ter sido influenciado pelo percentual dos responsáveis rurais que trabalhavam na semana de referência. O percentual de chefes que responderam trabalhar na semana caiu de 2001 para 2009. Na faixa de renda de até meio salário mínimo a queda foi maior, em torno de 10%, e nas outras duas faixas

foi cerca de 5% (tabela 7). Essa diminuição da ocupação do chefe impacta, possivelmente, no espaço que a renda do trabalho ocupa na renda total. Ao contrário das outras categorias, o produtor agrícola não foi beneficiado pela ampliação da renda do trabalho ocorrida no Brasil (IPEA, 2011).

TABELA 7 - PERCENTUAL DE CHEFES DAS FAMÍLIAS RURAIS PARANAENSES QUE RESPONDERAM TRABALHAR NA SEMANA DE REFERÊNCIA POR FAIXA DE RENDA - PARANÁ - 2001-2009

FAIXAS DE RENDA	2001	2004	2007	2009
Até 1/2 SM	86,2	84,9	85,9	76,4
Mais de 1/2 a 1 SM	87,9	87,1	81,2	82,8
Mais de 1 SM	75,1	79,9	78,6	70,4
TOTAL QUE TRABALHAM	82,6	83,6	81,8	75,6

FONTE: IBGE - PNAD

As ocupações desses chefes de família são muito variadas, com ocupações tanto urbanas como agrícolas, mas com grande destaque para esta última. Entre os chefes envolvidos com a agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos, destacam-se duas ocupações: empregado permanente e conta própria. O conta própria abriga em torno da metade dos chefes, e a faixa de renda com mais de um salário é onde aparece o maior percentual dessa categoria. Observa-se uma queda nessa ocupação, mas nada que faça com que ela deixe de ser a principal entre os responsáveis (tabela 8).

TABELA 8 - PERCENTUAL DE CHEFES DAS FAMÍLIAS RURAIS PARANAENSES SEGUNDO PRINCIPAIS OCUPAÇÕES DECLARADAS POR FAIXA DE RENDA - PARANÁ - 2001-2009

ANO	FAIXAS DE RENDA	EMPREGADO PERMANENTE	CONTA PRÓPRIA
2001	Até 1/2 SM	20,5	58,2
	De 1/2 SM até 1 SM	30,9	49,1
	+ 1 SM	<sup>(1)</sup> 9,6	67
2004	Até 1/2 SM	22,9	47,1
	De 1/2 SM até 1 SM	28,4	56,1
	+ 1 SM	<sup>(1)</sup> 10,2	60,8
2007	Até 1/2 SM	23,1	43,7
	De 1/2 SM até 1 SM	27,2	50,9
	+ 1 SM	<sup>(1)</sup> 11,7	57,6
2009	Até 1/2 SM	<sup>(1)</sup> 21,4	43,5
	De 1/2 SM até 1 SM	32,5	43,2
	+ 1 SM	<sup>(1)</sup> 12,4	58,3

FONTE: IBGE - PNAD

(1) Coeficiente de Variação acima de 20%.

A ocupação de empregado permanente tem destaque principalmente entre as famílias na faixa entre meio e um salário mínimo, pois em todos os anos analisados apresenta percentual significativo em relação às demais faixas.

## 4 DOMICÍLIOS

As características do domicílio são indicativos das condições de vida e habitação das famílias. Demonstram, minimamente, os meios de que elas dispõem quotidianamente e são, também, informações importantes para o desenvolvimento de políticas públicas gerais e específicas de saúde e combate à pobreza. A possível melhoria no domicílio tem implicações diretas na qualidade de vida das famílias.

No meio rural, a precariedade das moradias e a falta de infraestrutura básica, apesar de não ser tão aparente como no espaço urbano, é preocupante uma vez que pouco se investe nessas áreas. Porém, existem iniciativas como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) destinado à construção de moradias para as famílias rurais.<sup>8</sup>

O rural paranaense, que desde a década de 1970 vem passando por perdas populacionais, consequência da mecanização das lavouras e da concentração fundiária, assistiu nos últimos 20 anos o envelhecimento de sua população. Dados da PNAD, para esse período, apresentam um incremento na população com 60 anos e mais no rural paranaense. Assim, os idosos, que até 2001 representavam 9,9% dos residentes no rural do Paraná, passaram para 12,4% em 2009.

Como consequência dessa realidade, observa-se que as famílias rurais, da mesma forma que as urbanas, têm sofrido forte redução no número de seus membros. Em 2001, as famílias residentes no rural paranaense tinham em média 3,7 membros. Para 2009, os dados da PNAD apontam uma diminuição, apresentando famílias com média de 3,3 membros.

Na tabela 9 é possível verificar que o número de famílias com até dois membros cresce progressivamente e está mais concentrado na faixa de rendimentos acima de um salário mínimo. Estudos empíricos<sup>9</sup> realizados pelo IparDES tem demonstrado que, no Paraná, é significativo o número de pequenas propriedades familiares onde residem e trabalham apenas pessoas idosas beneficiárias da previdência rural. Em 2009, aproximadamente metade das famílias com renda maior que um salário mínimo tinha até dois membros (tabela 9). Esta situação pode provocar um aumento da renda *per capita* familiar no rural.

Uma melhor mensuração do nível de adequação dos domicílios é dada a partir da densidade de pessoas por cômodo utilizado como dormitório.<sup>10</sup> Tendo em vista que se consideraram como adequados os domicílios com até duas pessoas por dormitório, observa-se um aumento de domicílios adequados, entre 2001 e 2009, de 74,8% para 84,7%. Isto significa um aumento de 13,2% no número de domicílios adequados.

<sup>8</sup> O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), foi criado pelo presidente Lula no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, através da Lei 11.974, de 06/07/2009, e regulamentado através da Lei 11.977, de 07/07/2009, do Decreto 6.962, de 17 de setembro de 2009, e pela Portaria Interministerial Nº 462, de 14 de dezembro de 2009.

<sup>9</sup> IPARDES (2006); CARACTERIZAÇÃO (2008).

<sup>10</sup> O IBGE considera dormitório todos os cômodos integrantes do domicílio que estavam servindo, em caráter permanente, de dormitório para moradores, nele incluídos aqueles que assim são utilizados em função de não haver acomodação adequada para esta finalidade.

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS POR NÚMERO DE MEMBROS E FAIXAS DE RENDA - PARANÁ - 2001-2009

ANO	FAIXAS DE RENDA	NÚMERO DE MEMBROS DAS FAMÍLIAS		
		Até 2 membros	3 ou 4 membros	5 ou mais membros
2001	Até ½ SM	<sup>(1)</sup> 7,96	42,41	49,64
	Mais de 1/2 a 1 SM	24,94	46,16	28,9
	Mais de 1 SM	47,69	37,99	14,32
2004	Até ½ SM	<sup>(1)</sup> 6,89	42,26	50,85
	Mais de 1/2 a 1 SM	17,94	54,94	27,12
	Mais de 1 SM	47,64	39,32	13,03
2007	Até ½ SM	<sup>(1)</sup> 7,72	44,82	47,47
	Mais de 1/2 a 1 SM	<sup>(1)</sup> 22,51	61,77	15,72
	Mais de 1 SM	51,4	38,72	9,88
2009	Até ½ SM	<sup>(1)</sup> 10,35	44,92	44,73
	Mais de 1/2 a 1 SM	22,64	56,46	20,9
	Mais de 1 SM	53,82	33,45	12,73

FONTE: IBGE - PNAD

(1) Coeficiente de Variação acima de 20%.

Os dados por faixa de rendimentos demonstram que esse crescimento foi generalizado, sendo que entre as duas faixas mais pobres, ficaram próximos da média, com 12,3% e 11,7%, respectivamente (tabela 10).

TABELA 10 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS ADEQUADOS NAS FAMÍLIAS RURAIS POR FAIXA DE RENDA - PARANÁ - 2001-2009

FAIXAS DE RENDA	DOMICÍLIOS ADEQUADOS				
	2001	2004	2007	2009	Evolução 2001-2009 (%)
Até 1/2 SM	55,9	59,3	63,1	62,8	12,3
Acima 1/2 até 1 SM	77,6	77,9	88,0	86,7	11,7
Acima de 1 SM	90,2	94,9	96,5	95,0	5,3
TOTAL	74,8	78,5	83,9	84,7	13,2

FONTE: IBGE - PNAD

NOTA: Domicílios adequados são aqueles com até dois moradores por dormitório.

Contudo, é importante destacar que os períodos 2001-2004 e 2004-2007 foram os de melhor desempenho desse índice. Para as famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo, foco principal das políticas sociais implementadas no começo da década, o número de domicílios adequados cresce na razão de 6,1%, entre 2001-2004, e de 6,4%, no período 2004-2007. Para as famílias entre meio e um salário mínimo o crescimento no número de famílias com domicílios adequados se concentra no período 2004-2007, com 13%.

A adequação dos domicílios também pode ser analisada a partir da caracterização da infraestrutura sanitária. Nesse caso as variáveis adotadas foram: procedência e canalização da água para distribuição no domicílio e escoamento dos dejetos.

Assim, investigou-se o acesso à água dentro domicílio tendo em vista que “há indícios de que o cumprimento dessa condição traduz-se em uma melhoria geral das condições socio sanitárias da família, particularmente no que diz respeito a doenças infectocontagiosas” (IPARDES, 2003, p.31).

Nesse item, é possível observar que a condição água canalizada em pelo menos um cômodo cobre de forma significativa todas as classes de rendimento desde 2001. O percentual de domicílios rurais com água canalizada em pelo menos um cômodo apresentou crescimento, passando de 84,1% em 2001 para 93,3% em 2009. Na análise por faixas de renda, é conveniente realçar que o percentual da população com disponibilidade de água encanada no domicílio aumenta à medida que aumenta a renda (tabela 11).

TABELA 11 - PERCENTUAL DE FAMÍLIAS RURAIS POR FAIXA DE RENDA QUE POSSUEM ÁGUA CANALIZADA EM PELO MENOS UM CÔMODO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 2001-2009

ANO	FAIXAS DE RENDA			
	Até ½ salário mínimo	De ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 salário mínimo	Total
2001	74,8	87,1	90,7	84,1
2004	86,0	94,1	92,4	91
2007	93,4	96,7	94,6	94,7
2009	88,0	94,0	95,6	93,3

FONTE: IBGE - PNAD

Contudo, destaca-se que os maiores aumentos nos percentuais de famílias com acesso a esse serviço ocorreram entre aquelas com menor renda *per capita*, principalmente nos três primeiros anos do período em análise (2001-2004), com incremento de 15% no número de famílias. Mesmo assim, cerca de 12% dessas famílias estão sem água encanada.

A disposição espacial das moradias na área rural dificulta a implantação de rede geral de distribuição e abastecimento de água tratada. A grande maioria das famílias utiliza água proveniente de poços e nascentes. Contudo, observa-se um crescimento no número de domicílios que passaram a receber água da rede geral.

As famílias que mais têm se beneficiado desse serviço público são aquelas com rendimento acima de um salário mínimo *per capita* (tabela 12).

TABELA 12 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS RURAIS, SEGUNDO PROVENIÊNCIA DA ÁGUA E FAIXA DE RENDA - PARANÁ - 2001-2009

ANO	PROVENIÊNCIA DA ÁGUA	FAIXAS DE RENDA			TOTAL
		Até ½ salário mínimo	De ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 salário mínimo	
2001	Rede geral	15,6	22,6	24,5	21,2
	Poço ou nascente	84,4	77,4	75,5	78,8
2004	Rede geral	23,3	24,2	27,7	25,3
	Poço ou nascente	76,3	75,8	72,0	74,5
2007	Rede geral	28,4	24,8	28,8	27,5
	Poço ou nascente	71,6	73,9	70,9	72,0
2009	Rede geral	19,7	30,7	32,4	29,0
	Poço ou nascente	80,3	68,9	67,6	70,9

FONTE: IBGE - PNAD

Outra variável a ser considerada na avaliação de adequação dos domicílios rurais é a existência de banheiro/sanitário no domicílio ou na propriedade e o destino dado ao esgoto doméstico.

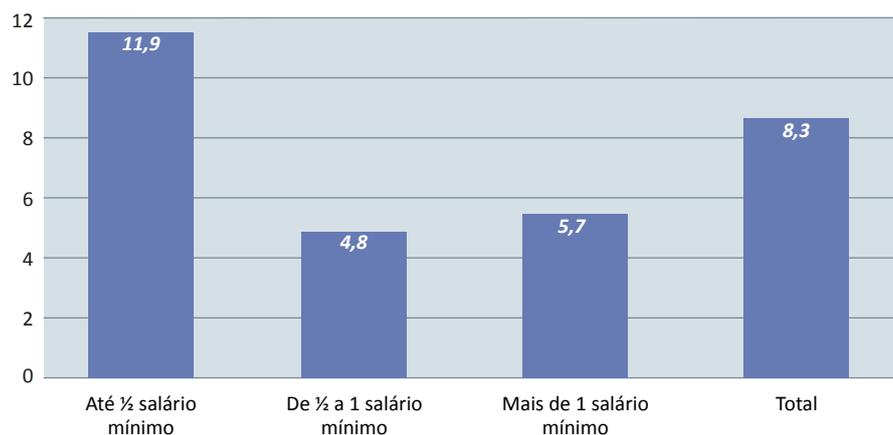
Da mesma forma que o ocorrido com o acesso à água encanada, o percentual de famílias que possui banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade também aumentou no período analisado (2001-2009), o que reflete uma melhoria geral nas condições dessas famílias. Verifica-se, ainda, que nesse caso, também, foram as famílias com menor renda *per capita* que mais cresceram – 11,9% para o período, e que a maior contribuição para esse crescimento se dá no período 2001-2004 (tabela 13 e gráfico 1).

TABELA 13 - PERCENTUAL DE FAMÍLIAS RURAIS QUE POSSUEM BANHEIRO OU SANITÁRIO NO DOMICÍLIO OU NA PROPRIEDADE POR FAIXA DE RENDA - PARANÁ - 2001-2009

ANO	FAIXAS DE RENDA			
	Até ½ salário mínimo	De ½ a 1 salário mínimo	Mais e 1 salário mínimo	Total
2001	80,6	91,1	92,7	88,0
2004	90,2	94,9	96,1	93,9
2007	92,9	98,3	95,0	95,2
2009	90,2	95,5	98,0	95,3

FONTES: IBGE - PNAD

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS COM BANHEIRO OU SANITÁRIO NO DOMICÍLIO OU NA PROPRIEDADE, POR FAIXA DE RENDA - PARANÁ - 2001-2009



FONTES: IBGE - PNAD

A análise do destino dos dejetos produzidos pelas moradias é relevante na caracterização dos domicílios rurais, uma vez que sua adequação reflete diretamente na saúde das famílias e no meio ambiente.

No meio rural a distância e o isolamento das propriedades dificulta a instalação de rede geral coletora. Assim, é corrente nas propriedades rurais o uso de fossas. Os dados na PNAD mostram que a quase totalidade das famílias rurais do Paraná faz uso em seus domicílios de fossa comum/rudimentar, ou de fossa séptica.

A existência de fossa comum ou rudimentar ainda é muito alta no rural paranaense. Esse tipo de destino dado aos dejetos domésticos pode levar à contaminação das águas subterrâneas e dos poços de água utilizados por essa população. Assim, o indicado nas áreas rurais é a utilização de fossas

sépticas, por possibilitarem um tratamento primário dos despejos domésticos dificultando, assim a contaminação das águas e a propagação de agentes causadores de doenças.

A tabela 14 apresenta dados animadores nesse sentido, uma vez que os percentuais de fossas sépticas crescem em detrimento da diminuição das rudimentares, chegando a mais de 30% em 2009 para todas as classes de renda.

TABELA 14 - PERCENTUAIS DAS PRINCIPAIS FORMAS DE DESTINO DOS DEJETOS DOS DOMICÍLIOS DAS FAMÍLIAS RURAIS, POR FAIXA DE RENDA - PARANÁ - 2001-2009

ANO	DESTINO DOS DEJETOS	FAIXAS DE RENDA		
		Até ½ salário mínimo	De ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 salário mínimo
2001	Fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial		17,2	24,9
	Fossa rudimentar	77,7	74,0	69,0
2004	Fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial	<sup>(1)</sup> 10,9	24,2	23,1
	Fossa rudimentar	81,2	70,3	69,3
2007	Fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial	23,1	31,9	29,8
	Fossa rudimentar	66,7	54,9	61,8
2009	Fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial	32,5	32,9	33,4
	Fossa rudimentar	58,1	58,7	53,3

FONTE: IBGE - PNAD

(1) Coeficiente de Variação acima de 20%.

Além dessas variáveis, cabe destacar os dados relativos à extensão da energia elétrica às áreas rurais. Em 2003, o governo federal lançou o programa Luz para Todos com o objetivo de utilizar a energia elétrica como vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais.

Observando os dados da tabela 15 é possível notar o expressivo crescimento desse serviço no meio rural paranaense. Em 2001, 89% dos domicílios rurais do Paraná eram atendidos pelo serviço de energia elétrica; já, em 2009, esse número chega a 97,7%.

TABELA 15 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS RURAIS COM ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO FONTES DE RENDA - PARANÁ - 2001-2009

ANO	FONTES DE RENDA			TOTAL
	Até ½ salário mínimo	De ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 salário mínimo	
2001	79,7	92,4	95,7	89,0
2004	87,6	95,7	95,4	93,1
2007	93,7	98,0	97,6	96,3
2009	96,3	97,9	98,3	97,7

FONTE: IBGE - PNAD

NOTA: A fonte da energia elétrica pode ser de rede geral, gerador próprio ou energia solar.

Novamente, é necessário destacar que é entre os mais pobres que estão os melhores resultados. Se em 2001 aproximadamente 20% desses domicílios não eram servidos de energia elétrica, em 2009 esse número é de apenas 3,7%, significando um crescimento de 20,8% no número de domicílios atendidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise por faixa de renda mostra uma dinâmica nas famílias rurais paranaenses entre 2001 e 2009. Chama atenção o percentual de famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo (classificados como pobres), que apresentou queda entre os anos de 2001 e 2009, de 34,9% para 24,1%, e o aumento no número de famílias com renda *per capita* acima de um salário mínimo, que passou de 37,4% para 44,9% do total no mesmo período.

Merece destaque o fato de que entre as famílias rurais a fonte de renda Trabalho perde posição na composição da renda total, no período analisado. Contudo, continua sendo o principal rendimento para todas as faixas estudadas.

Entre 2001 e 2009, a participação percentual de cada uma das fontes na composição do total da renda não apresenta oscilações significativas nas faixas acima de meio até um salário mínimo e mais de um salário mínimo. A renda das famílias pobres é que mais sofre mudanças na composição. Nesse caso, a renda proveniente do trabalho apresentou queda de 86,03% para 76,81%, de 2001 a 2009, respectivamente, enquanto que os outros rendimentos e benefícios sociais cresceu 255%, passando de 3,41% para 12,12% no mesmo período.

De modo geral, registra-se uma redução da pobreza no Brasil como um todo. O rural paranaense sente os reflexos dessa mudança, e nesse caso os motivos podem ser inúmeros. Acredita-se que os principais estão relacionados à implementação de políticas públicas de transferência de renda, à aposentadoria rural, e mesmo ao aumento dos preços dos produtos agrícolas que eleva a renda do trabalho. Contudo, é importante ressaltar que, em 2009, aproximadamente um quarto das famílias rurais paranaenses ainda encontravam-se em situação de pobreza.

Considerando as famílias rurais do Paraná do ponto de vista demográfico, observa-se uma redução no número de membros, bem como o envelhecimento dos seus responsáveis. Além disso, observou-se que os responsáveis pelas famílias rurais paranaenses são majoritariamente do sexo masculino, apresentam pouca escolaridade e trabalham em ocupações agrícolas como empregado permanente ou como conta própria. Esse perfil geral não apresenta grande variação entre as faixas de renda.

Os dados relativos às características dos domicílios, utilizados para mensurar a qualidade de vida das famílias, apresentaram melhorias para todo o conjunto. No caso específico das famílias pobres, essa melhoria pode estar vinculada ao fato de essas famílias apresentarem um número maior de membros, indicando a possibilidade da presença de crianças beneficiárias do programa Bolsa Família. Essa condição, por si só, não afastou essas famílias da pobreza mas possibilitou a melhoria

de suas condições de moradia. Essas melhorias estão presentes na adequação dos domicílios no que diz respeito ao número de pessoas por dormitório, acesso à energia elétrica, água canalizada em pelo menos um cômodo, existência de banheiro no domicílio ou na propriedade e destino dos dejetos domiciliares.

Este artigo é uma primeira aproximação no sentido de estudar, com base nos dados da PNAD, a composição da renda das famílias que residem no rural paranaense e os impactos das políticas de distribuição de renda nessa composição. Assim, destaca-se a necessidade de aprofundar questões como a contribuição dos membros das famílias na composição da renda familiar, tendo em vista a idade, o sexo, a posição no grupo familiar, a ocupação e as suas fontes de rendimentos.

## REFERÊNCIAS

- CARACTERIZAÇÃO socioeconômica da atividade leiteira no Paraná. Curitiba: IPARDES, 2008. Elaboração IPARDES e EMATER. Convênio IPARDES, SETI, EMATER.
- CASTILHO E SILVA, C. B.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p.183-207.
- DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Coord.). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência social rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000.
- IPARDES. **Avaliação final de impacto socioeconômico da atividade vilas rurais**. Curitiba, 2006. Projeto Paraná 12 Meses. Componente Desenvolvimento da Área Social. Subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural. Atividade: Vilas Rurais
- IPARDES. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003.
- IPEA. **Mudanças recentes na pobreza brasileira**. Brasília, 2011. (Comunicados do IPEA, n. 111).
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**. São Paulo: USP/FEA, v.2, n.3, p.515-551, jul./set.1998.
- KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. **Economia**. Campinas: ANPEC, v.1, n.2, p.147-183, jul./set.2000.
- MOCELIN, C. E. O Programa Bolsa Família enquanto principal estratégia de enfrentamento à pobreza rural no contexto brasileiro atual. In: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 15., 2010, Cruz Alta. **Anais eletrônicos...** Cruz Alta: UNICRUZ, 2010. Disponível em: <[http://www.unicruz.edu.br/15\\_seminario/seminario\\_2010/CCSA/O%20PROGRAMA%20BOLSA%20FAM%3%8DLIA%20ENQUANTO%20PRINCIPAL%20ESTRAT%3%89GIA%20DE%20ENFRENTAMENTO%20%3%80%20POBREZA%20RURAL%20NO%20CONTEXTO%20BRASILEIRO%20ATUAL.pdf](http://www.unicruz.edu.br/15_seminario/seminario_2010/CCSA/O%20PROGRAMA%20BOLSA%20FAM%3%8DLIA%20ENQUANTO%20PRINCIPAL%20ESTRAT%3%89GIA%20DE%20ENFRENTAMENTO%20%3%80%20POBREZA%20RURAL%20NO%20CONTEXTO%20BRASILEIRO%20ATUAL.pdf)>. Acesso em: ago. 2011.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre : Ed. UFRGS, 2003.
- SUGAMOSTO, M. **Velhice e benefício previdenciário entre os agricultores familiares do município de Colombo - Paraná**. 2003. Dissertação (Mestrado) - UFPR, Curitiba, 2003.